

Contrato nº 00458/2026

Processo nº 50607.000463/2026-68

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E
ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A **Concessionária Águas do Paraíba S/A.**, CNPJ 01.280.003/0001-99, com sede na Avenida José Alves de Azevedo, Centro, CEP: 28.025-496, Campos dos Goytacazes - RJ, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, em conformidade com as Leis 8.987/95, 11.445/07, 8.078/90 e DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, CPF sob o nº: 04.892.707 e e-mail: caf.rj@dnit.gov.br, telefone de contato nº (21) 3545-4710, doravante denominado **USUÁRIO**, responsável pelo imóvel predial nº. 59 DNIT, situado na RUA SILVIO BASTOS TAVARES DR - PQ RODOVIÁRIO - CAMPOS DOS GOYTACAZES, acordam mediante adesão às seguintes cláusulas estabelecidas neste contrato:

1. Do Objeto

Este contrato é subjacente à Legislação pertinente e ao Contrato de Concessão e refere-se à prestação de serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, na área de concessão onde atua a CONCESSIONÁRIA, incluindo todos os direitos e obrigações pactuados entre as partes.

2. Do Prazo de Vigência

O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado.

3. Da locação

Os contratos celebrados com inquilinos terão sua vigência determinada pelo prazo definido no contrato de locação. Na ausência de cláusula de renovação automática, a CONCESSIONÁRIA deverá ser comunicada da rescisão. Na falta desta, o contrato firmado será automaticamente renovado, mantendo-se as obrigações estabelecidas.

3.1. Na hipótese do Locatário requerer em seu nome Ligação Nova de água, deverá o mesmo, findo o contrato de locação, solicitar o desligamento da dita ligação sob pena de arcar com as faturas vincendas até o efetivo pedido de desligamento.

3.2. Os locatários de imóveis serão obrigados a solicitar a CONCESSIONÁRIA a no prazo de 30 (trinta dias) a assinatura do contrato de locação a transferência de titularidade pelo pagamento das notas fiscais subsequentes.

4. Dos Direitos e Obrigações

4.1. Da Concessionária

4.1.1. Cumprir as obrigações fixadas neste contrato, no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Fornecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário e na legislação pertinente.

4

4.1.2. Disponibilizar ao USUÁRIO informações sobre ocorrência de situações excepcionais, adoção de esquemas de operação e realização de obras, em especial aquelas que obriguem à interrupção da prestação de serviços, casos emergenciais, situações de rotina serão informadas através do telefone 0800 747 0422, *sítio eletrônico* conosco.

4.1.3. Garantir a manutenção dos níveis de qualidade da água fornecida ao USUÁRIO dentro das especificações recomendadas, pela PRC nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo XX.

4.1.4. Dar ciência ao USUÁRIO sobre reajustamento e revisões da tarifa.

4.1.5. Cobrar multa na constatação de irregularidades na ligação de água e ou esgoto do imóvel, nos termos do c/ Seção 1ª do Regulamento - Anexo V do Contrato de Concessão, inclusive multa e retirada de ramal.

4.1.6. Fornecer informações relativas à água potável e esgotamento sanitário e da legislação pertinente, sobre os produtos, de forma clara e completa, inclusive instruções sobre o uso racional da água e as regras comerciais básicas irão reger a relação contratual.

4.2. Do Usuário

4.2.1. Receber serviço adequado em contrapartida ao pagamento da tarifa.

4.2.2. Receber, da CONCESSIONÁRIA, informações para a defesa de interesses individuais.

4.2.3. Levar ao conhecimento da CONCESSIONÁRIA as irregularidades existentes nas instalações de abrangência concessão.

4.2.4. Contribuir para a permanência das boas condições de funcionamento dos sistemas de água e esgoto.

4.2.5. Arcar com as instalações e manutenções, a partir da saída do hidrômetro e permitir livre o acesso de empreendedores representantes da CONCESSIONÁRIA para fins de exame das instalações hidro-sanitárias prediais e leituras dos medidores de água.

4.2.6. Atender e respeitar o regulamento específico da CONCESSIONÁRIA e a legislação pertinente.

4.2.7. Não fazer uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que, de qualquer modo, prejudique o abastecimento de água.

4.2.8. Contestar lançamentos efetuados em documento de cobrança, referentes aos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, até a data de vencimento do respectivo documento.

4.2.9. Manter a caixa de gordura nas ligações de coleta de esgotos, obrigando-se pela manutenção periódica da mesma.

4.2.10. Pagar pelos serviços padronizados de novas ligações de água e esgoto na rede pública e pelos serviços sob pena de desligamento dos mesmos, ou até mesmo retirada de ramal.

4.2.11. Manter reservatório de água no imóvel dentro dos padrões especificados pela concessionária, conforme item 47, §3º do Regulamento Anexo V do Contrato de Concessão.

4.2.12. Responsabilizar-se pelas instalações internas do imóvel, devendo mantê-las de acordo com as normas brasileiras, sendo seu dever reparar de imediato qualquer vazamento e evitar desperdícios e consumos excessivos, respondendo pelo consumo de água decorrente de qualquer tipo de anormalidade, em razão do mau uso e falta de conservação nas instalações.

4.2.13. Nas edificações com altimetria elevada deverá o USUÁRIO manter junto ao aparelho medidor, o determinado pela CONCESSIONÁRIA um reservatório com bomba para realização de recalque, mediante termo assinado no ato da avaliação de possibilidade de abastecimento.

4.2.14. Informar à CONCESSIONÁRIA, para a devida retificação, qualquer modificação no cadastro do imóvel, alteração de titularidade, construção, demolição ou qualquer alteração na característica de categoria (residência, indústria, pública e número de economias), com apresentação da documentação pertinente, sob pena de indefinição da alteração.

4.2.14.1. Apenas as contas que vencerem após a solicitação de alteração poderão ser revistas de acordo com o cadastro do cliente;

4.2.15. Comunicar imediatamente à CONCESSIONÁRIA qualquer ocorrência com o hidrômetro ou vazamento, sendo certo que o hidrômetro, que se constitui num dos componentes de uma ligação de água, é de propriedade da CONCESSIONÁRIA e o USUÁRIO fica responsável pela guarda do aparelho.

4.2.15.1. Nas hipóteses de furto ou dano, o USUÁRIO deve fazer Registro de Ocorrência perante a autoridade competente, dando imediata ciência à CONCESSIONÁRIA, caso contrário, o USUÁRIO arcará com os custos para a restituição ou substituição do hidrômetro.

4.2.16. Restituir à CONCESSIONÁRIA o custo referente à regularização da ligação de água, quando for qualquer irregularidade que altere a medição no consumo do imóvel.

4.2.16.1. As perdas geradas serão recompostas na forma prevista no item 6.4 deste contrato.

4.2.17. Solicitar à CONCESSIONÁRIA a aferição do hidrômetro instalado no seu imóvel, devendo pagar as respectivas despesas, se ficar comprovado o funcionamento normal do aparelho.

4.2.17.1. Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que acusarem erro de medição não superior a 5% (cinco por cento).

5. Da falta de pagamento

5.1. O não pagamento da conta de prestação de serviço emitida pela CONCESSIONÁRIA até a data do seu vencimento acarretará aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso, devido uma única vez, bem como pagamento de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, e correção moratória com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculados sobre o valor histórico em atraso e devido a partir do vencimento até a data da efetiva quitação do débito.

5.2. Sem prejuízo da cobrança das penalidades acima previstas, o não pagamento das faturas nas datas de vencimentos renderá ensejo à emissão do competente Aviso de Corte, cientificando ao USUÁRIO acerca da possibilidade de suspensão da prestação dos serviços, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o §2º da Lei 11.445/07.

5.2.1. O competente aviso de corte poderá ser encaminhado através de carta autônoma ou no corpo da fatura vinculada ao mês subsequente à vencida.

5.2.2. Ocorrendo a hipótese acima prevista, a prestação dos serviços somente será restabelecida após o efetivo pagamento de todos os valores em atraso e dos respectivos encargos.

5.3. Não sendo o débito quitado ou negociado, poderá a CONCESSIONÁRIA a seu critério comunicar a inadimplência do USUÁRIO às CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), à SERASA (Centralização de Serviços de Bancos S/A) e ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), independente de outras medidas que possa e venha adotar.

5.4. Caso o USUÁRIO porventura não receba sua fatura, independente do motivo deverá emitir segunda via através de e-mail eletrônico ou diretamente no atendimento da Contratada.

6. Das disposições gerais

6.1. Os valores cobrados pela CONCESSIONÁRIA serão reajustados no período de cada 12 meses, ou na periodicidade permitida em Lei, nos termos da autorização do Poder Concedente.

6.1.1. A fixação das tarifas será pautada pelo Art. 39 da Lei 11.445/07.

6.2. O USUÁRIO reconhece e concorda que a prestação do serviço poderá ser temporariamente interrompida parcialmente, tanto em virtude de razões técnicas como de outras circunstâncias, inclusive por fenômenos atmosféricos, efetivação de reparos, manutenção e substituição de equipamentos ou a critério da CONCESSIONÁRIA quando julgar necessário resguardar, preventivamente, a integridade de seu sistema e a segurança do USUÁRIO.

6.3. O USUÁRIO tem ciência de que o abastecimento poderá ser realizado de forma intermitente. Assim sendo, o USUÁRIO deverá manter reservatório compatível com sua necessidade nos termos da cláusula 4.2.12.

6.4. Havendo qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro, a tarifa será cobrada, até o restabelecimento da medição normal, de acordo com o consumo base, determinado em função do consumo médio apurado pelas doze últimas faturas ou quantas tiverem sido faturadas até então.

6.5. Nas ligações de esgoto, o USUÁRIO que contar com seu imóvel abaixo da cota do logradouro ficará responsável pelo lançamento na rede da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no item 61 do Regulamento - / Contrato de Concessão.

6.6. No caso de suprimento próprio de água, o USUÁRIO deverá proceder regularização do mesmo junto às autoridades competentes, sendo devido à CONCESSIONÁRIA o pagamento pelo serviço público de esgotamento sanitário e lançamento de efluentes.

6.7. Nenhuma ação ou omissão de quaisquer das partes em exigir o cumprimento de determinada cláusula ou cláusulas deste contrato será considerada novação ou renúncia.

6.8. É proibida cessão, a qualquer título, de água ou serviços da CONCESSIONÁRIA para outros fins que não o abastecimento do imóvel cadastrado na empresa.

6.9. São proibidas as ligações cruzadas (interligação a poços ou outros sistemas) com a rede de abastecimento da CONCESSIONÁRIA, sendo expressamente vedada a mistura proveniente das águas de ambos os sistemas, de acordo com a Lei 11.445/07, bem como abastecimento via caminhão pipa, salvo aqueles eventualmente encaminhados pela CONCESSIONÁRIA para complementar possíveis dificuldades de abastecimento via rede de distribuição.

6.10. O USUÁRIO autoriza a instalação do medidor pelo lado de fora do imóvel (Totem ou parede) onde ocorrer o consumo de água.

6.11. O USUÁRIO declara que receberá no endereço que consta no presente contrato, por si ou a moradores/residentes no imóvel, os avisos ou notificações.

6.11.1. Os avisos de corte deverão ser encaminhados mediante carta registrada, contato telefônico, meio eletrônico (telemensagens) ou outros meios de que disponha o consumidor.

6.12. Os dados pessoais do USUÁRIO serão tratados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a legislação aplicável, para a prestação dos serviços previstos neste Contrato e para as demais finalidades indicadas na Política de Privacidade Externa da CONCESSIONÁRIA, que está disponível em seu sítio eletrônico. Ao assinar este Contrato, o USUÁRIO declara ter lido e compreendido a respectiva Política de Privacidade Externa.

6.13. Foro de Eleição - o foro competente para dirimir eventuais conflitos acarretados pelo presente instrumento será o do local da residência do consumidor/ USUÁRIO.

Campos dos Goytacazes, 10 de Julho de 2026.

 **Giuliano Junho Tinoco**
Diretor
Águas do Paraíba S/A
Concessionária Águas do Paraíba S/A

DEPARTAMENTO NAC DE INFRAEST DE TRANSP

CPF

Testemunha


Carlos S. Medeiros
Grandes Clientes
Águas do Paraíba S/A

CPF

Testemunha :

CPF



Documento assinado eletronicamente por **Armando de Oliveira Pereira, Coordenador de Administração e Finanças**, em 27/07/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Carlindo Santana Paes Loures, Superintendente Regional no Estado do Rio de Janeiro**, em 27/07/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25492889** e o código CRC **54BC973D**.

Referência: Processo nº 50607.000463/2026-68

SEI nº 25492889



Avenida República do Chile, n.º 230 - Centro Empresarial Castello Branco, 3.º
Andar
CEP 20.031-919
Rio de Janeiro/RJ |